

Educação formal e patrimônio cultural: o ensino da história em escolas de educação básica no estado do Tocantins

Formal education and cultural heritage: the teaching of history in basic education schools in the state of Tocantins

Educación formal y patrimonio cultural: la enseñanza de la historia en las escuelas de educación básica del estado de Tocantins

Marcos Aurélio Camara Zimmermann¹

Resumo: O presente artigo apresenta uma síntese do trabalho desenvolvido sob a égide de contribuir com o processo ensino-aprendizagem da disciplina de História em escolas de educação básica, a partir da pesquisa arqueológica em Miracema do Tocantins e Lajeado, no Estado de Tocantins, que sustentada pela metodologia da educação patrimonial objetivou subsidiar professores quanto a importância dos sítios arqueológicos identificados e das diferentes dimensões culturais do contexto regional, na perspectiva da apropriação pelos alunos e consequente valorização/preservação pela sociedade local.

Palavras-chave: Ensino. História. Cultura. Preservação. Arqueologia.

Abstract: This article presents a summary of the work developed under the auspices of contributing to the teaching-learning process of the discipline of History in basic education schools, based on archaeological research in Miracema do Tocantins and Lajeado, in the State of Tocantins, which is supported by the heritage education methodology aimed to support teachers regarding the importance of identified archaeological sites and the different cultural dimensions of the regional context, from the perspective of appropriation by students and consequent appreciation/preservation by local society.

Keywords: Teaching. History. Culture. Preservation. Archeology.

Resumen: Este artículo presenta una síntesis del trabajo desarrollado con el objetivo de contribuir al proceso de enseñanza-aprendizaje de la disciplina de Historia en escuelas de enseñanza básica, a partir de investigaciones arqueológicas en Miracema do Tocantins y Lajeado, en el Estado de Tocantins, que se apoya en la metodología de educación patrimonial dirigida a apoyar a los profesores en relación a la importancia de los sitios arqueológicos identificados y las diferentes dimensiones culturales del contexto regional, desde la perspectiva de la apropiación por parte de los alumnos y la consecuente valorización/preservación por parte de la sociedad local.

Palabras clave: Enseñanza. Historia. Cultura. Preservación. Arqueología.

Recebido em: 12 de fev. de 2023

Aceito em: 24 de abr. de 2023

¹ Doutor. Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, Tocantins, Brasil. E-mail: maczimmermann@uft.edu.br; Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0911141023365077>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0008-9854-1767>

Introdução

Nosso trabalho se baseia na pesquisa realizada junto aos educadores (produtores do conhecimento), que atuam intensamente no dia a dia escolar (prioritária, mas não exclusivamente na escola pública). Profissionais que raramente têm oportunidade de um envolvimento mais próximo com o repensar teórico sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural. Para fins de mudança das mentalidades de seus alunos no que refere o papel de valorizar e preservar a cultura material e imaterial, tão relevante ao desenvolvimento econômico e social das pequenas localidades.

No escopo da pesquisa tivemos como propósito apresentar aos professores de história de Educação Básica, a riqueza do patrimônio arqueológico existente nos municípios de Miracema do Tocantins e Lajeado, no estado de Tocantins. Com isso buscamos articular uma nova abordagem pedagógica para suprir a lacuna de conteúdos que versam sobre o passado longínquo do contexto regional, onde procuramos fazer um estudo de caráter histórico, mas que embora diga respeito a fatos do passado, está estreitamente ligado ao presente.

Para tanto, tomamos os sítios arqueológicos identificados na pesquisa desenvolvida pelo Núcleo Tocantinense de Arqueologia (NUTA), da Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Esses sítios formam um mosaico cultural, legados de gerações passadas, que nos foram úteis para instituir uma compreensão mais geral de como se deu a evolução histórica e cultural desta região, na qual se integra o projeto de Levantamento, Registro e Salvamento do Potencial Arqueológico nas áreas de impacto direto e indireto pela construção da ponte sobre o rio Tocantins, que interligou os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins.

A identificação, o cadastramento e os estudos dos sítios arqueológicos, além do levantamento e registro do patrimônio histórico e cultural, corroboraram com informações pré-históricas (como dos sítios de arte rupestres), remanescentes do processo da ocupação de populações pretéritas, além de dados históricos (sobre os primeiros moradores da região), que remetem a formação histórica de como surgiram os povoados de Miracema e Lajeado no então território do norte goiano, atuais municípios tocantinenses.

A presença do rio Tocantins e da serra do Lajeado propiciou tanto no passado distante quanto no tempo mais recente, uma rica condição geográfica, predominantemente, pela heterogeneidade dos padrões ecológicos, que contribuíram fortemente na dinâmica espacial da ocupação humana, principal objeto de inferência na pesquisa realizada.

Não é tarefa ou intenção nesse artigo descrever ou apresentar os dados da pesquisa arqueológica citada, mas especialmente trazer algumas formulações refletivas, que suscitem contribuições ao Ensino de História, partindo da premissa de que as peculiaridades históricas e culturais da região, nas suas diferentes singularidades, são conteúdos de aprendizagem necessários para se estabelecer uma política local de preservação.

Na maioria das vezes, os livros didáticos de História adotados pelas escolas da região remetem o aluno a realidades distantes da sua, conteúdos alheios a própria cultura. Com isso, trazem como consequências, além do desconhecimento da história regional, a não construção da própria identidade cultural, tão importante à formação do aluno como indivíduo em sua coletividade/comunidade.

Desta forma, as formulações a seguir objetivam despertar no professor novas reflexões ao exercer o ensino de História. Objetiva fazer entendido o conceito de cultura e patrimônio cultural como acepções diversas a nível nacional e mundial. E principalmente, fazer entendido que fontes e bens patrimoniais vinculados ao cotidiano dos alunos são essenciais a formação das identidades regionais e étnicas, no mundo globalizado.

E mais ainda, fazer entendido que a partir do ensino de História é possível contribuir na construção das identidades sociais e dos sentimentos de pertencimento. A História quando ensinada pela assimilação das tradições, pelas crenças e pelos costumes, entre outros elementos locais, deixa de ser um conteúdo estranho – ela se transforma em recurso didático capaz de atrair os alunos.

Algumas formulações reflexivas

Aproximar a sociedade das pesquisas, levando-a conhecer os sítios arqueológicos, os vestígios materiais, os monumentos e toda a herança recebida de culturas passadas, constitui elemento fundamental para promoção do patrimônio cultural e natural. Além disso, as pesquisas servem como instrumentos adequados a sensibilizar pessoas, para torná-las engajadas na sua proteção e preservação, quando se é notável o desconhecimento sobre o assunto em tese, considerando o descuido, a falta de importância dada aos locais de sítios arqueológicos, talvez por ignorar que, os vestígios arqueológicos são patrimônio herdado de nossos antepassados, relevante ao próprio estudo e compreensão da evolução humana.

Partindo da premissa de que o conhecimento dos elementos culturais é base indispensável e fundamental para a compreensão da evolução dos fatos históricos e geográficos, ao longo de nossas pesquisas de arqueologia de contrato, junto aos estudos de impactos ambientais obrigatórios, em áreas direta ou indiretamente afetadas por

empreendimentos de engenharias no Tocantins, sempre tivemos a preocupação de entender como a sociedade impactada lida com a sua Paisagem Cultural.

Com essa mesma preocupação, introduzimos junto aos planos básicos ambientais de arqueologia ações de Educação Patrimonial, exclusivamente, com o intuito de colaborar para a constituição de uma visão mais abrangente de patrimônio e de ampliar a participação da sociedade afetada pelas obras de construção das engenharias (tais como usinas hidrelétricas, estradas pavimentadas, pontes sobre rios, empreendimentos agropecuários, entre outras), no intuito de amenizar os efeitos das alterações sofridas pelo meio ambiente e cultural, pela implantação de necessárias e progressivas ações de preservação.

Assim, a Educação Patrimonial sempre representou, para nós, um instrumento mediador e por excelência importante, para aferição e mudança de paradigmas no entendimento da finalidade principal; proteger o patrimônio cultural das localidades pesquisadas, ainda que seja por meio de estudos descritivos e interpretativos da vida urbana de curto passado. Entendemos que tais estudos, também, informa-nos a respeito das fisionomias expressivas, das estruturas materiais, das diversas funções que existiram nos mais remotos embriões de nossas cidades.

Neste sentido, alertamos para a disciplina de história cuidar da implementação de valores e de práticas sociais que venha despertar na coletividade o sentimento de identidade. Para tanto deve-se, necessariamente, abordar conceitos, discutir definições e apresentar exemplos de bens culturais na sua complexidade de natureza material e imaterial.

Fomentar a preservação das culturas, pela inclusão de seus bens históricos e culturais, também contribui no processo do crescimento econômico em curso, seja nas grandes ou nas pequenas cidades. O aproveitamento desses bens permite a funcionalidade na geração de renda, pois quando usados de forma sustentável atendem algumas necessidades sociais em termos de turismo e lazer.

Os vestígios: expressões culturais

O conceito de cultura, de acordo com o geógrafo Milton Santos, “está intimamente ligado às expressões da autenticidade, da integridade e da liberdade. Ela é uma manifestação coletiva que reúne heranças do passado, modos de ser do presente e aspirações, isto é, o delineamento do futuro desejado” (SANTOS, 2000, p.18). No que acrescentamos, um futuro que almejamos ser promissor para os nossos descendentes diretos e indiretos, portanto, um futuro que precisa ser melhor construído pelas gerações atuais.

Ainda que seja dever de todo cidadão proteger seu patrimônio, assim como delibera a Constituição brasileira de 1988, atividades educativas de proteção ao patrimônio cultural devem tornar-se uma prática profissional de todo educador no escopo dos conteúdos disciplinares, principalmente, da disciplina de História. Essa precisa introduzir metodologias e paradigmas de ressignificação ao conceito de cultura material e imaterial, sem fragmentar ou ignorar a verdadeira essência da manifestação cultural.

Somente com a irradiação de ideias reflexivas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural e pela introdução de instrumentos didáticos eficazes é que se pode promover concepções de respeito e valorização ao patrimônio herdado, até porque a abordagem estanque de cultura, acaba privilegiando um bem em detrimento de outro.

Enfrentamos hoje o desafio de não deixar morrer ou descaracterizar totalmente o patrimônio cultural herdado, que se tornou muito frágil diante das velozes e complexas transformações sociais dos tempos modernos.

É nessa dialética tradição/modernidade, que se é fundamental fortalecer os laços das pessoas com suas heranças culturais, estabelecer melhor o relacionamento destas com o patrimônio existente na sua região, levando-as a perceber sua responsabilidade pela preservação dos objetos e costumes que se apresentam significativos para a coletividade.

Os sítios arqueológicos, as edificações arquitetônicas, as artes em geral e as manifestações expressivas em suas diversas particularidades, relegadas pelos educadores no ensino da história regional, sempre foram e continuam sendo eficazes instrumentos para a aprendizagem e compreensão da evolução da cultura das comunidades, pois contribuem na construção da ideia de identidade e na definição da própria diversidade da cultura de uma região, dentro da amplitude do território nacional.

A cultura de um povo é constituída de expressões incorporadas por símbolos e objetos materializados e que estiveram ou estão em uso, no cotidiano das localidades, em uma contínua ou descontínua relação entre o que são coisas do passado e do presente.

As possíveis conexões entre os vestígios culturais e a própria paisagem da configuração ambiental regional oferecem alguns aportes, a respeito dessa relação e testemunham a própria história, assim:

Cada vestígio, fóssil ou gene, conta-nos uma estória. É o conjunto dessas estórias que faz a nossa história. Contudo, nada aconteceu premeditadamente, a evolução nunca foi direcionada ou finalista. Pelo contrário, a nossa caracteriza-se por ser acidental, ao acaso e muito recente. Nada aconteceu para que o homem acontecesse. O tempo e o modo da nossa evolução são determinantes para a compreensão da evolução humana (CUNHA, 2010, p. 9).

No que se pode também acrescentar, um vestígio deixado pelo homem serve como fonte de interpretação e apreensão de signos e significados presentes em dada sociedade. São fontes históricas, portanto são recursos que podem ser utilizados pelos educadores no ensino de História. Uma machadinha lítica, por exemplo, pode ser mostrada como uma ferramenta de trabalho da pré-história, quando o homem desconhecia o ferro, ou não possuía a habilidade de trabalhar o metal, utilizava-se da rocha para elaborar seus instrumentos de caça, pesca e defesa pessoal.

Daí a importância da preservação, seja de um simples artefato lascado na pré-história dos homens ou de qualquer outro bem cultural mais elaborado em tempos mais atuais.

Contudo, a preservação passa, necessariamente, por apropriação dos bens pela comunidade detentora, devendo estar, também, a questão associada às motivações identitárias, históricas e culturais que os fazem reconhecidos e valorizados.

Pelo ensino-aprendizagem se adquire o conhecimento, pelo conhecimento se aprende a valorizar, conseqüentemente pela valorização acontece a preservação.

Formulações conclusivas

Algumas perguntas podem ser feitas para entender porque é preciso estudar o patrimônio histórico e cultural? Entre elas, para que servem, qual a sua utilidade? Por que é preciso estudar e aprender sobre coisas antigas do passado tão distante? Pois bem, se você quiser saber sobre a vida da humanidade é preciso aprender com a história contida nos objetos antigos, se você quiser saber sobre sua própria vida é preciso saber que ela faz parte de outras histórias de vida, que em alguns casos só podem ser interpretadas ou escritas por meio de objetos antigos.

A história é feita por homens e mulheres comuns, vivendo em coletividade, isto é, em sociedade e em inteira relação com os recursos naturais, no processo de elaboração/confecção de itens essenciais as suas necessidades vitais. A história dos lugares é o presente e o passado humano vivido e construído por centenas de gerações. Ao produzir as condições de sua própria sobrevivência o ser humano está fazendo história, tendo ou não consciência disso, está fazendo cultura.

Por essa razão que, o professor imerso na função do Ensino de História de qualquer sociedade, deve fornecer à própria sociedade uma explicação do contexto espacial e temporal em que essa está inserida. Em suas explicações deve fundamentar-se em estudos de objetos e nos registros escritos. Precisa recorrer a documentação, sinais, vestígios, símbolos, imagens, lembranças, enfim as fontes escritas e orais, se tem a intenção de, aproximar seus alunos da

própria realidade ou promover o entendimento da sequência das realizações humanas ao longo da trajetória econômica, social, política e cultural.

Saber a história é passo decisivo na conquista do direito de reflexão mais livre e possível a respeito do que somos e do que praticamos, para suprir as necessidades humanas em cada dimensão temporal e espacial, ou precisamente, para compreender o próprio caráter histórico e dialético dos grupos sociais.

No estudo de história, elementos do patrimônio cultural são importantes ferramentas educacionais que devem ser usadas pelos professores no processo ensino-aprendizagem dos alunos. Devem ser tomados como referência de momentos históricos e entendidos como práticas particulares de atividades realizadas no passado histórico, cujos elementos materiais nos permitem perceber o grau de desenvolvimento ou a estagnação tecnológica dos grupos culturais. Tanto a cultura material quanto a imaterial deve ser apropriada como elementos e fatores de cidadania e de apoio a nossa memória. Devem ser entendidos que mesmo sendo construídos em um tempo bem diferente do nosso, são essenciais a identidade e a coesão dos grupos sociais.

No âmbito dessa discussão, acrescentamos que, os usuários dos recursos naturais e culturais existentes no território de Lajeado e de Miracema do Tocantins ainda não conseguiram perceber a importância que os mesmos têm para o próprio desenvolvimento desses municípios. Conseqüentemente, ainda não atribuíram importância à sua preservação, corroborando, com isso, a ineficiência dos órgãos governamentais de educação, cultura e meio ambiente, do Estado do Tocantins e dos próprios municípios, no que diz respeito ao processo de preservação.

Nessas localidades, vive-se a falta de uma política educacional eficaz, com referência à proteção/preservação dos patrimônios locais. Durante nossas pesquisas, nos limitamos a orientar a população de forma ética e com responsabilidade, procurando respeitar os limites de resiliência de cada pessoa ou dos grupos nas duas comunidades.

Porém, percebemos que necessário se faz que a população entenda como o conjunto de elementos do patrimônio cultural tangível e intangível se acha vulnerável, inclusive; alguns bens culturais de referência tradicional e ainda cultuados pela sociedade local, a exemplo dos festejos religiosos. Os mesmos correm risco de desaparecerem em decorrência do desenvolvimento regional com a criação do Estado do Tocantins em 1988 e que desde então, teve uma corrida acelerada de crescimento urbano, recebendo um processo migratório de pessoas que vieram de outras localidades do país, com uma bagagem cultural bem distinta e estranha ao contexto regional.

Um viés importante a finalidade de proteção à cultura e paisagem regional é a compreensão da necessidade de tutela do Poder Público, na criação de instrumentos legais ou na elaboração e implementação de políticas públicas culturais em benefício social.

Vale ressaltar mais uma vez, que a gestão participativa da sociedade nos assuntos relacionados ao seu patrimônio cultural, exige da geração presente a emissão de um juízo de valor, no que tange à sua proteção e, especialmente, à sua promoção, mas não entendendo a proteção como interesses particulares, individuais ou exclusivos, porém, efetivamente, proteção a interesses comuns da coletividade, extensiva a benefícios da sociedade no geral.

Neste sentido, a participação do professor de história e de seus educandos tem um sentido efetivo em um duplo aspecto:

primeiro, podem contribuir significativamente na diminuição de comportamentos de efeitos danosos de toda natureza e destruidora do patrimônio cultural;

segundo, podem empreender ou sugerir importantes formas de acautelamento, prevenção e proteção, portanto, podem conduzir com ações concretas de preservação aos bens culturais existentes nos dois municípios.

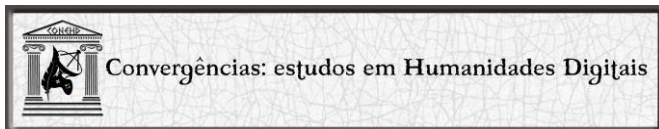
Por fim, infelizmente, os que se dedicam a trabalhar com a nossa história não se tem muito preocupado com o assunto. Assim, no desejo de trazer não apenas uma contribuição, modesta embora, para mostrar a importância de preservar não só os sítios arqueológicos da serra do Lajeado, como também todos os elementos que compõem o patrimônio cultural desses municípios, a partir dessas reflexões, temos assim, por intenção despertar o interesse de professores de história, de alunos da educação básica e dos órgãos governamentais especialistas no assunto, na questão da preservação cultural, ainda hoje tão precária em nosso país.

Referências

CUNHA, Eugénia. **Como nos tornamos humanos**. 2ª ed. Portugal: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. 2ª edição, Lisboa – Portugal: Instituto PIAGET, 2007.

PEDREIRA, Antônia Custódia; NOLASCO, Genilson Rosa Severino; ZIMMERMANN, Marcos Aurelio Camara. **Patrimônio Cultural: possibilidades de conhecer e aprender sobre as culturas das localidades do Projeto SALPONTE II**. Porto Nacional- TO: Editora Provisão, 2011.



SANTOS, Milton. **Da cultura à indústria cultural**. Folha. de São Paulo – Caderno Mais, São Paulo, p. 18, mar. 2000. Disponível em <https://jornalggn.com.br/artigos/industria-cultural-e-a-producao-da-subjetividade-por-michel-aires-de-souza-dias/>. Acesso em 22 de novembro de 2022.

SILVA, V. A. C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, M. M. A da. **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SOARES, Inês Virgínia Prado. **Proteção Jurídica do Patrimônio Arqueológico no Brasil: fundamento para efetividade da tutela em face de obras e atividades impactantes**. Erechim: Habilis, 2007.

TEIXEIRA, C. A. R. A educação Patrimonial no Ensino de História. In: **Revista Biblos**, Rio Grande, Vol. 22, Nº 1, 2008, pp. 199-211.